

PREGAÇÕES DE QUARESMA

**Pelo pregador da casa Pontifícia, cardeal
Raniero Cantalamessa, OFMcap**



2023

“IPSA NOVITAS INNOVANDA EST”

Renovar a novidade

I Pregação da Quaresma 2023

A história da Igreja do final do século XIX e início do século XX deixou-nos uma amarga lição, que não deveríamos esquecer para não repetir o erro que a provocou. Falo do atraso (antes, da recusa) em se dar conta das mudanças ocorridas na sociedade, e da crise do Modernismo, que foi a sua consequência.

Quem estudou, mesmo superficialmente, aquele período, conhece o dano que daí acarretou tanto para um lado quanto para o outro, isto é, seja para a Igreja, seja para os chamados “modernistas”. A falta de diálogo, por um lado, levou alguns dos mais conhecidos modernistas a posições sempre mais extremas e por terminar claramente heréticas; por outro, privou a Igreja de enormes energias, provocando lacerações e sofrimentos sem fim no seu interior, fazendo-a debruçar-se sempre mais sobre si mesma e perder o passo com os tempos.

O Concílio Vaticano II foi a iniciativa profética para recuperar o tempo perdido. Ele realizou uma renovação, que, certamente, não é o caso de ilustrar novamente nesta sede. Mais do que os seus conteúdos, interessa-nos, neste momento, o método inaugurado por ele, que é o de caminhar na história, ao lado da humanidade, buscando discernir os sinais dos tempos.

A história e a vida da Igreja não se detiveram com o Vaticano II. Cuidado ao fazer dele o que se tentou fazer com o Concílio de Trento,

ou seja, uma linha de chegada e uma meta imóvel. Se a vida da Igreja se detivesse, seria como acontece a um rio, que chega a uma barreira: transformar-se-ia, inevitavelmente, num pântano ou um brejo.

“Não se deve pensar – escrevia Orígenes no III século – que seja o bastante sermos renovados apenas uma vez; é preciso renovar a própria novidade: *Ipsa novitas innovanda est*”[1]. Antes dele, o recém-Doutor da Igreja Santo Irineu escrevera: A verdade revelada é “como um precioso licor contido num valioso vaso. Por obra do Espírito Santo, ela rejuvenesce continuamente e faz rejuvenescer também o vaso que a contém” [2]. O “vaso” que contém a verdade revelada é a tradição viva da Igreja. O “precioso licor” é, em primeiro lugar, a Escritura, mas a Escritura lida na Igreja que, é a definição mais justa da Tradição. O Espírito é, pela sua natureza, novidade. O Apóstolo exorta os tizados a servirem a Deus “na novidade do Espírito e não na velhice da letra” (Rm 7,6).

Não apenas a sociedade não se deteve ao tempo do Vaticano II, mas sofre uma aceleração vertiginosa. As mudanças que um tempo ocorriam em um ou dois séculos, hoje ocorrem em uma década. Esta necessidade de contínua renovação não é outra coisa senão a necessidade de contínua conversão, estendida desde o fiel, individualmente, até à Igreja inteira, na sua componente humana e histórica. A *“Ecclesia semper reformanda”*. O verdadeiro problema, portanto, não está na novidade; está mais no modo de encará-la. Explico-me. Todas as novidades e mudanças encontram-se diante de uma encruzilhada; pode levar a duas estradas opostas: ou a do mundo, ou a de Deus; ou o caminho da morte ou o caminho da vida.

A *Didaqué*, um escrito redigido enquanto vivia ao menos um dos doze apóstolos, já ilustrava aos fiéis estes dois caminhos.

Agora temos um meio infalível para tomar sempre o caminho da vida e da luz: o Espírito Santo. É a certeza que Jesus deu aos apóstolos antes de deixá-los: *“E eu pedirei ao Pai, e ele vos dará um Paráclito, para que permaneça sempre convosco”* (Jo 14,16). E ainda: *“O Espírito da Verdade, então ele vos guiará a toda a Verdade”* (Jo 16,13). Não fará tudo de uma vez, ou de uma vez por todas, mas à medida que as situações se apresentarem. Antes de deixá-los definitivamente, no momento da Ascensão, o Ressuscitado assegura novamente aos seus discípulos a assistência do Paráclito: *“Recebereis – diz – a força do Espírito Santo que virá sobre vós e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e na Samaria, até os confins da terra”* (At 1,8).

O intuito das cinco pregações da Quaresma que hoje iniciamos, dito muito simplesmente, é justamente este: encorajar-nos a pôr o Espírito Santo no coração de toda a vida da Igreja, e, em particular, neste momento, no coração dos trabalhos sinodais. Acolher, por outras palavras, o convite urgente que o Ressuscitado dirige, no Apocalipse, a cada uma das sete igrejas da Ásia Menor: *“Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas”* (Ap 2,7).

É o único modo, além do mais, para não permanecer, eu mesmo, alheio ao empenho em acto pelo sínodo. Numa das minhas primeiras pregações à Casa Pontifícia, há 43 anos, disse na presença de São João Paulo II: *“Tenho continuado a exercer por toda a vida o único encargo*

que fazia desde criança”. E expliquei em que sentido. Os meus avós maternos cultivavam, por meação, um vasto terreno colinoso. Em junho ou julho, havia a colheita, toda manual, com a foice, encurvados sob o sol. Era uma fadiga enorme. Eu e meus primos éramos encarregados de levar água continuamente aos ceifadores. É isso, disse eu, que tenho continuado a fazer pelo resto da vida. Os ceifadores mudaram, que agora são os operários da vinha do Senhor, e mudou a água, que agora é a Palavra de Deus. Um encargo, o meu, muito menos fadigoso, para dizer a verdade, daquele dos trabalhadores do campo, mas também esse, espero, útil e de algum modo necessário.

Nesta primeira pregação, limito-me a acolher a lição que nos vem da Igreja nascente. Gostaria de mostrar, por outras palavras, como o Espírito Santo guiou os apóstolos e a comunidade cristã a dar os primeiros passos na história. Quando as palavras de Jesus acima recordadas sobre a assistência do Paráclito foram postas por escrito por João, a Igreja já as havia experimentado na prática, e é justamente tal experiência, dizem-nos os exegetas, que se reflete nas palavras do evangelista.

Os Actos dos Apóstolos mostram uma Igreja que é, passo a passo, “conduzida pelo Espírito”. A sua guia exerce-se não apenas nas grandes decisões, mas também nas coisas de menor importância. Paulo e Timóteo querem pregar o evangelho na província da Ásia, mas “o Espírito Santo os havia impedido”; tentam ir rumo à Bitínia, mas, está escrito, “o Espírito de Jesus os impediu” (Act 16,6ss.). Compreende-se, em seguida, o porquê desta guia assim próxima: o Espírito Santo impulsionava deste modo a Igreja nascente a sair da

Ásia e olhar para um novo continente, a Europa (cf. Act 16,9). Paulo chega a definir-se, nas suas escolhas, “prisioneiro no Espírito” (At 20,22).

Não é um caminho retilíneo e sem obstáculos o da Igreja nascente. A primeira grande crise é aquela relativa à admissão dos gentios na Igreja. Não é necessário recordar o seu desenrolar. Interessa-nos apenas recordar como é resolvida a crise. Pedro vai ao encontro de Cornélio e dos pagãos? É o Espírito que lhe ordena (cf. At 10,19; 11,12). E como é motivada e comunicada a decisão tomada pelos apóstolos em Jerusalém de acolher os pagãos na comunidade, sem obrigá-los à circuncisão e a toda a legislação mosaica? Foi resolvida com aquelas extraordinárias palavras iniciais: “Pois decidimos, o Espírito Santo e nós...” (15,28).

Não se trata de fazer arqueologia da Igreja, mas de trazer à luz, sempre de novo, o paradigma de toda a escolha eclesial. Não é preciso muito esforço, de facto, para perceber a analogia que há entre a abertura que então se realizou em relação aos gentios, e aquela que hoje se impõe em relação aos leigos, em particular, às mulheres, e de outras categorias de pessoas. Por isso, vale a pena recordar a motivação que levou Pedro a superar as suas perplexidades e a baptizar Cornélio e a sua família. Lemos nos Actos:

Pedro estava ainda falando, quando o Espírito Santo desceu sobre todos os que estavam escutando a palavra. Os fiéis de origem judaica, que tinham vindo com Pedro, ficaram admirados de que o dom do Espírito Santo fosse derramado também sobre os gentios. De facto, eles os ouviam falar em línguas e engrandecer a Deus.

Então Pedro falou: “Podemos, por acaso, negar a água do Baptismo a estas pessoas, que receberam, como nós, o Espírito Santo?” (At 10,44-47).

Chamado a justificar a sua conduta em Jerusalém, Pedro narra o que acontecera em casa de Cornélio e conclui dizendo:

Então, lembrei-me do que o Senhor havia dito: “João baptizou em água, mas vós sereis baptizados no Espírito Santo”. Se Deus lhes concedeu o mesmo dom do que a nós, que acreditamos no Senhor Jesus Cristo, quem seria eu para me opor à acção de Deus? (Act 11,16-17).

Se olharmos bem, é a mesma motivação que levou os Padres do Concílio Vaticano II a redefinir o papel dos leigos na Igreja, isto é, a doutrina dos carismas. Conhecemos bem o texto, mas é sempre útil trazê-lo à memória:

Este mesmo Espírito Santo não só santifica e conduz o Povo de Deus por meio dos sacramentos e ministérios e o adorna com virtudes, mas, “distribuindo a cada um os seus dons como lhe apraz” (1Cor 12,11), distribui também graças especiais entre os fiéis de todas as classes, as quais os tornam aptos e dispostos a tomar diversas obras e encargos, proveitosos para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja, segundo aquelas palavras: “a cada qual se concede a manifestação do Espírito em ordem ao bem comum” (1Cor 12,7). Estes carismas, quer sejam os mais elevados, quer também os mais simples e comuns, devem ser recebidos com acção de graças e consolação [3].

Estamos diante da redescoberta da natureza não só *hierárquica*, mas também *carismática* da Igreja. São João Paulo II, na “*Novo millennio ineunte*” (n. 45), torná-la-á ainda mais explícita, definindo a Igreja como *hierarquia* e como *koinonia*. Numa primeira leitura, a recente constituição sobre a reforma da Cúria “*Praedicate Evangelium*” (para além de todos os aspectos jurídicos e técnicos sobre os quais sou um perfeito ignorante) deu-me a impressão de ser um passo à frente nessa mesma direção: isto é, em aplicar o princípio selado pelo Concílio num sector particular da Igreja, que é o seu governo, e a um maior envolvimento dos leigos e das mulheres.

Mas agora devemos dar um passo à frente. O exemplo da Igreja apostólica não nos ilumina apenas sobre os princípios inspiradores, isto é, sobre a doutrina, mas também sobre a praxe eclesial. Diz-nos que nem tudo se resolve com as decisões tomadas num sínodo, ou com um decreto. Há a necessidade de traduzir na prática tais decisões, a chamada “recepção” dos dogmas. E, para isso, são necessários tempo, paciência, diálogo, tolerância; às vezes, também o compromisso. Quando é feito no Espírito Santo, o compromisso não é uma cessação, ou um desconto dado sobre a verdade, mas é caridade e obediência às situações. Quanta paciência e tolerância teve Deus, após ter dado o Decálogo ao seu povo! Quanto teve que esperar longamente – e deve ainda – esperar pela sua recepção!

Em toda a questão acima recordada, Pedro aparece claramente como o mediador entre Tiago e Paulo, ou seja, entre a preocupação da *continuidade* e aquela da *novidade*. Nesta mediação, assistimos a um incidente, que nos pode ser de auxílio também hoje. O incidente é

aquele de Paulo que, em Antioquia, censura Pedro de hipocrisia por ter evitado se sentar à mesa com pagãos convertidos. Ouçamos o ocorrido de sua viva voz:

Mas, quando Cefas chegou a Antioquia, opus-me a ele abertamente, pois merecia censura. Com efeito, antes que chegassem alguns de junto de Tiago, ele tomava as refeições com os não judeus. Mas, depois que eles chegaram, Cefas começou a esquivar-se e a afastar-se, por medo dos da circuncisão (Gl 2,11-12).

Os “conservadores” do tempo censuravam Pedro por ter ido muito além, indo ao encontro do pagão Cornélio; Paulo censura-lhe por não ter ido bem mais além. Paulo é o santo que mais admiro e amo. Mas, neste caso, estou convencido de que se deixou levar (não é a única vez!) pelo seu carácter de fogo. Pedro em nada pecou por hipocrisia. A prova é que, em outra ocasião, Paulo fará, ele mesmo, exatamente o que fez Pedro em Antioquia. Em Listra, ele fez circuncidar o seu companheiro Timóteo “por causa – está escrito – dos judeus que se encontravam nessas regiões” (At 16,3), isto é, para não escandalizar ninguém. Aos Coríntios, escreve que se fez “judeu com os judeus, a fim de ganhar os judeus” (1Cor 9,20) e, na Carta aos Romanos, recomenda ir ao encontro de quem ainda não chegou à liberdade da qual ele goza (Rm 14,1ss.).

O papel de mediador que Pedro exerceu entre as tendências opostas de Tiago e de Paulo continua nos seus sucessores. Não certamente (e isso é um bem para a Igreja) de modo uniforme em cada um deles, mas segundo o carisma próprio de cada um que o Espírito

Santo (e, presume-se, os cardeais abaixo dele) têm considerado o mais necessário num dado momento da história da Igreja.

Diante dos acontecimentos e realidades políticas, sociais e eclesiais, somos levados a colocar-nos imediatamente de um lado e a demonizar aquele adverso, a desejar o triunfo da nossa escolha sobre a dos adversários (se começa uma guerra, cada um reza ao mesmo Deus para dar a vitória aos próprios exércitos e aniquilar os do inimigo!). Não digo que seja proibido ter preferências: em campo político, social, teológico e assim por diante, ou que seja possível não as ter. Jamais deveríamos, contudo, pretender que Deus se coloque do nosso lado contra o adversário. E nem mesmo pedir isso a quem nos governa. É como pedir a um pai para escolher entre dois filhos; é como dizer-lhe: “Escolhe: ou eu, ou o meu adversário; mostra claramente de que lado estás!”. Deus está *com* todos e, por isso, não está *contra* ninguém! É o pai de todos.

O agir de Pedro em Antioquia – como também o de Paulo em Listra – não era hipocrisia, mas adaptação às situações, ou seja, a escolha do que, numa certa situação, favorece o bem superior da comunhão. É sobre este ponto que eu gostaria de continuar e concluir esta primeira meditação, também porque isto nos permite passar do que diz respeito à Igreja universal ao que diz respeito à Igreja local, antes, à própria comunidade, ou família, e à vida espiritual de cada um de nós (que é o que esperamos, penso, de uma meditação quaresmal!).

Há uma prerrogativa de Deus na Bíblia que os Padres amavam enfatizar: a *synkatabasis*, isto é, a condescendência. Para São João Crisóstomo, ela é uma espécie de chave de leitura de toda a Bíblia. No

Novo Testamento, esta mesma prerrogativa de Deus é expressa com o termo benignidade (*chrestotes*). A vinda de Deus na carne é vista como a manifestação suprema da benignidade de Deus: “Quando se manifestou a benignidade de Deus, nosso Salvador, e o seu amor pela humanidade” (Tt 3,4).

A *benignidade* – hoje também diríamos *cortesia* – é algo diverso da simples *bondade*; é ser bom em relação aos outros. Deus é bom em si mesmo e é benigno conosco. Ela é um dos frutos do Espírito (Gl 5,22); é uma componente essencial da caridade (1Cor 13,4) e é indicador de ânimo nobre e superior. Ela ocupa um lugar central na parénese apostólica. Lemos, por exemplo, na Carta aos Colossenses:

Portanto, como eleitos de Deus, santos e amados, vesti-vos com sentimentos de compaixão, com bondade, humildade, mansidão, paciência; suportai-vos uns aos outros e, se um tiver motivo de queixa contra o outro, perdoai-vos mutuamente. Como o Senhor vos perdoou, fazei assim também vós (Cl 3,12-13).

Este ano, celebramos o quarto centenário da morte de um santo que foi um modelo excelso desta virtude, numa época também ela marcada por ásperas controvérsias: São Francisco de Sales. Todos deveríamos tornar-nos, na Igreja, um pouco mais condescendentes e tolerantes, menos arraigados nas nossas certezas pessoais, conscientes de quantas vezes tivemos que reconhecer dentro de nós que estávamos errados a respeito de uma pessoa ou de uma situação, e de quantas vezes tivemos que nos adaptar também nós às situações. Em nossas relações eclesiais, não há, por sorte – e jamais deveria

haver –, aquela propensão ao insulto e ao vilipêndio do adversário, que se nota em certos debates políticos e que tanto dano acarreta à convivência civil pacífica.

Há alguém, é verdade, em relação ao qual é justo e necessário ser intransigente, mas esse alguém sou eu mesmo, é o meu eu. Somos inclinados, por natureza, a ser intransigentes com os outros e indulgentes connosco mesmos, enquanto deveríamos propor-nos fazer justamente o contrário: severos connosco mesmos, bondosos com os demais. Este propósito, levado a sério, bastaria sozinho para santificar a nossa Quaresma. Dispensar-nos-ia de qualquer outro tipo de jejum e nos disporia a trabalhar com mais fruto e mais serenidade em cada âmbito da vida da Igreja.

Um ótimo exercício nesse sentido consiste em sermos honestos, no tribunal do próprio coração, em relação à pessoa com quem estamos em desacordo. Quando percebo que estou submetendo alguém a acusação dentro de mim, devo prestar atenção para não me colocar imediatamente da minha parte. Devo parar de passar e repassar as minhas razões como alguém que masca um chiclete, e buscar as minhas razões para me colocar, ao invés, no lugar do outro, para compreender as suas razões e o que ele também me poderia dizer.

Este exercício não deve ser feito somente em relação à pessoa individualmente, mas também em relação à corrente de pensamento com a qual estou em desacordo e à solução por ela proposta a um certo problema em discussão (no Sínodo ou em outro âmbito). São Tomás de Aquino dá-nos o exemplo: ele pressupõe a cada sua tese as razões

do adversário, que jamais banaliza ou ridiculariza, mas leva a sério e a elas responde com o seu *“Sed contra”*, isto é, com as razões que considera mais conformes à fé e à moral. Perguntemo-nos (eu, em primeiro lugar): também nós fazemos assim?

Jesus diz: *“Não julgueis, e não sereis julgados (...). Por que reparas no cisco no olho do teu irmão, e não percebes a trave no teu próprio olho?”* (Mt 7,1-3). Pode-se viver, perguntamo-nos, sem jamais julgar? A capacidade de julgar não faz parte da nossa estrutura mental e não é um dom de Deus? Na redação de Lucas, o mandamento de Jesus: *“Não julgueis, e não sereis julgados”* é seguido, imediatamente, como para explicitar o sentido destas palavras, pelo mandamento: *“Não condeneis, e não sereis condenados”* (Lc 6,37). Não se trata, portanto, de eliminar o juízo do nosso coração, mas de tirar o veneno do nosso juízo! Ou seja, o ódio, a condenação, o ostracismo.

Um pai, um superior, um confessor, um juiz, quem quer que tenha alguma responsabilidade sobre os demais, deve julgar. Às vezes, o julgar é, antes, justamente o tipo de serviço ao qual alguém é chamado a exercer na sociedade ou na Igreja. A força do amor cristão está no facto de que ele é capaz de mudar de valor até ao juízo e, de acto de não-amor, torná-lo um acto de amor. Não com as nossas forças, mas graças ao amor que *“foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado”* (Rm 5,5).

Como conclusão, façamos nossa a belíssima oração atribuída a São Francisco de Assis (talvez não seja sua, mas reflete perfeitamente o seu espírito):

Senhor, fazei de mim um instrumento da vossa paz.

Onde houver ódio, que eu leve o amor.

Onde houver ofensa, que eu leve o perdão.

Onde houver discórdia, que eu leve a união.

Onde houver dúvida, que eu leve a fé.

Onde houver erro, que eu leve a verdade.

Onde houver desespero, que eu leve a esperança.

Onde houver tristeza, que eu leve a alegria.

Onde houver trevas, que eu leve a luz.

E acrescentemos:

Onde houver malignidade, que eu leve a benignidade.

Onde houver aspereza, que eu leve a gentileza!

NOTAS

[1] Cf. Orígenes, *In Rom.* 5,8; PG 14, 1042.

[2] Cf. Santo Irineu, *Adversus Haereses*, III, 24,1.

[3] *Lumen gentium*, 12.

**“O EVANGELHO É PODER DE DEUS PARA TODO AQUELE
QUE CRÊ”**

II Pregação, Quaresma de 2023

Da *Evangelii Nuntiandi* de São Paulo VI à *Evangelii gaudium* do actual Sumo Pontífice, o tema da evangelização tem estado no centro das atenções do Magistério papal. Para isso, têm contribuído as grandes encíclicas de São João Paulo II, como também a instituição do Pontifício Conselho para a Evangelização, promovido por Bento XVI. A mesma preocupação se nota no título dado à constituição para a reforma da Cúria *Praedicate Evangelium* e na denominação “Dicastério para a Evangelização”, dada à antiga Congregação de *Propaganda Fide*. A mesma finalidade é designada agora principalmente ao Sínodo da Igreja. A ela, isto é, à evangelização, gostaria de dedicar a presente meditação.

A definição mais sucinta e mais impregnante da evangelização é a que se lê na Primeira Carta de Pedro. Nela, os apóstolos são definidos: “aqueles que vos evangelizaram em virtude do Espírito Santo” (1Pd 1,12). Aí está expresso o essencial sobre a evangelização, isto é, o seu *conteúdo* – o Evangelho – e o seu *método* – no Espírito Santo.

Para saber o que se entende pela palavra “Evangelho”, a via mais segura é perguntar a quem usou pela primeira vez esta palavra grega e a tornou canónica na linguagem cristã, o apóstolo Paulo. Temos a felicidade de possuir uma exposição, do seu próprio punho, que explica o que ele entende por “Evangelho”, e é a Carta aos Romanos.

O tema dela é anunciado com as palavras: “*Eu não me envergonho do evangelho, pois ele é poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê*” (Rm 1,16).

Para o sucesso de todo o novo esforço de evangelização, é vital ter claro o núcleo essencial do anúncio cristão, e isto ninguém trouxe à luz melhor do que o apóstolo nos primeiros três capítulos da Carta aos Romanos. Do entender e aplicar à situação actual a sua mensagem depende, estou convencido, se dos nossos esforços nascerem filhos de Deus, ou se se terá que repetir amargamente com Isaías: “*Engravidámos e tivemos dores de parto, mas demos à luz o vento; não trouxemos melhoras à terra, e não nasceram novos habitantes para o mundo*” (Is 26,18).

A mensagem do Apóstolo naqueles três primeiros capítulos da sua Carta pode ser resumida em dois pontos: primeiro, qual é a situação da humanidade diante de Deus em seguida ao pecado; segundo, como se sai dela, isto é, como nos salvamos pela fé e nos tornamos nova criatura. Sigamos o Apóstolo no seu estreito raciocínio. Melhor, sigamos o Espírito que fala por meio dele. Quem já fez viagens de avião, terá escutado algumas vezes o aviso: “*Afivalem os cintos, estamos passando por uma área de turbulência*”. Seria preciso fazer ressoar o mesmo aviso a quem se presta a ler as seguintes palavras de Paulo.

Revela-se do céu a ira de Deus contra toda a impiedade e injustiça dos homens que na injustiça impedem a verdade, pois o que de Deus se pode conhecer é entre eles manifesto, já que Deus o manifestou a eles. De facto, os atributos invisíveis de Deus, o seu poder eterno e a sua divindade, são compreendidos através das

coisas feitas, desde a criação do mundo, a fim de que eles não tenham desculpa. Por isso, mesmo tendo conhecido a Deus, nem o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças. Pelo contrário, perderam-se nos seus pensamentos fúteis, e o seu coração insensato obscureceu-se. Dizendo-se sábios, tornaram-se tolos e trocaram a glória do Deus incorruptível pela aparência da imagem de um ser humano corruptível e de pássaros, quadrúpedes e répteis (Rm 1,18-23).

O pecado fundamental, o objeto primário da ira divina, é identificado, como se vê, na *asebeia*, isto é, na impiedade. Em que consiste, exatamente, tal impiedade, o Apóstolo explica imediatamente, afirmando que ela consiste na rejeição em “glorificar” e “agradecer” a Deus. Estranho! Este facto de não glorificar e agradecer a Deus o suficiente parece-nos, sim, um pecado, mas não tão terrível e mortal. É preciso entender o que se esconde por detrás disso: a rejeição em reconhecer Deus como Deus, o não lhe tributar a consideração que lhe é devida. Consiste, poderíamos dizer, em “ignorar” Deus, onde ignorar não significa tanto “não saber que existe”, mas “actuar como se não existisse”.

No Antigo Testamento, ouvimos Moisés que grita ao povo: “Reconhecei que Deus é Deus!” (cf. Dt 7,9) e um salmista retoma tal grito, dizendo: “Reconhecei que o Senhor é Deus; Ele nos fez, nós somos dele” (Sl 100,3). Reduzido ao seu núcleo germinativo, o pecado é negar este “reconhecimento”; é a tentativa, da parte da criatura, de cancelar, por iniciativa própria, quase por prepotência, a diferença infinita que há entre ela e Deus. O pecado ataca, de tal maneira, a própria raiz das coisas; é um “impedir a verdade na injustiça”. É algo de muito mais sombrio e terrível do que o homem possa imaginar ou

dizer. Se os homens soubessem, enquanto vivos, como o saberão no momento da morte, o que significa a rejeição de Deus, morreriam de susto.

Tal rejeição tomou corpo, ouvimos, na idolatria, pela qual se adora a criatura no lugar do Criador. Na idolatria, o homem não “aceita” Deus, mas faz para si um deus; é ele a decidir por Deus, não vice-versa. Os papéis são invertidos: o homem torna-se o oleiro e Deus o vaso que ele modela a seu bel-prazer (cf. Rm 9,20ss.). Hoje, esta antiga tentativa assumiu uma nova veste. Ela não consiste em pôr algo – nem mesmo a si mesmo – no lugar de Deus, mas em abolir, pura e simplesmente, o papel indicado pela palavra “Deus”. Niilismo! O Nada no lugar de Deus. Mas não é o caso de nos determos sobre isso neste momento; interromperia a escuta do Apóstolo, que, por sua vez, continua o seu firme raciocínio.

Paulo prossegue a sua acusação mostrando os frutos que brotam, no plano moral, da rejeição de Deus. Daí deriva uma dissolução geral dos costumes, uma verdadeira e própria “torrente de perdição” que arrasta a humanidade em ruína. E aqui, o Apóstolo traça um quadro impressionante dos vícios da sociedade pagã. A coisa mais importante a considerar, com base nesta parte da mensagem paulina, não é, contudo, esta lista de vícios, presente, além do mais, também junto aos moralistas estoicos do tempo. A coisa mais desconcertante, à primeira vista, é que São Paulo faz de tudo isso desordem moral, não a causa, mas o efeito da ira divina. Por três vezes retorna a fórmula que afirma isso de modo inequívoco:

Por isso, os entregou à impureza (...). Por causa disso, Deus os entregou a paixões vergonhosas (...). E, porque não quiseram

alcançar a Deus pelo conhecimento, Deus os entregou ao seu reprovado modo de pensar (Rm 1,24.26.28).

Deus, certamente, não “quer” tais coisas, mas ele as “permite” para fazer o homem compreender aonde leva a Sua rejeição. “Estas acções – escreve Santo Agostinho – embora sejam castigo, são elas também pecados, pois a pena da iniquidade é ser, ela própria, iniquidade; Deus intervém para punir o mal e, da sua mesma punição, abundam outros pecados[1].

Não há distinções diante de Deus entre judeus e gregos, entre fiéis e pagãos: *“Todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus”* (Rm 3,23). O Apóstolo faz tanta questão de nos esclarecer este ponto, que a ele dedica todo o capítulo segundo e parte do terceiro da sua Carta. É a humanidade inteira que se encontra nesta situação de perdição, não este ou aquele indivíduo ou povo.

Onde está, em tudo isso, a actualidade da mensagem do Apóstolo da qual eu falava? Está no remédio que o Evangelho propõe a esta situação. Ele não consiste em se empenhar numa luta pela reforma moral da sociedade, para a correção dos seus vícios. Seria, para ele, como querer desenraizar uma árvore começando por lhe tirar as folhas ou os ramos mais expostos, ou então preocupar-se em eliminar a febre, ao invés de tratar a doença que a provoca.

Traduzido em linguagem actual, isto significa que a evangelização não começa com a moral, mas com o querigma; na linguagem do Novo Testamento, não com a Lei, mas com o Evangelho. E qual é o conteúdo, ou o núcleo central disso? O que Paulo quer dizer por “Evangelho” quando diz que ele é “poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê”? Crer no quê? *“Manifestou-se*

a justiça de Deus!” (Rm 3,21): eis a novidade. Não são os homens que, improvisamente, mudaram vida e costumes e se puseram a fazer o bem. O facto novo é que, na plenitude dos tempos, Deus agiu, rompeu o silêncio, estendeu a sua mão primeiramente ao homem pecador.

Mas ouçamos agora directamente o Apóstolo, que nos explica em que consiste este “agir” de Deus. São palavras que temos lido ou escutado centenas de vezes, mas gosta-se de escutar sempre de novo as árias de uma bela sinfonia:

Pois todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus. Esses são justificados gratuitamente pela graça de Deus, por meio da redenção em Cristo Jesus. É ele que Deus expôs como instrumento de expiação com o seu sangue, mediante a fé, para demonstrar a sua justiça, deixando sem castigo os pecados outrora cometidos sob a tolerância de Deus; e para demonstrar a sua justiça no tempo presente, a fim de ser justo e tornar justo aquele que tem fé em Jesus (Rm 3,23-26).

Gostaria logo de tranquilizar a todos: não tenho o intuito de fazer uma enésima pregação sobre a justificação mediante a fé. Há um perigo em insistir unicamente sobre este tema. Não é uma doutrina que Paulo nos apresenta, mas um evento, antes, uma pessoa. Nós não somos salvos genericamente “pela graça”: somos salvos pela graça *de Cristo Jesus*; não somos justificados genericamente “por meio da fé”: somos justificados por meio da *fé em Cristo Jesus*. Tudo mudou “por meio da redenção em Cristo Jesus”. O verdadeiro artigo com que a Igreja está em pé ou cai (o famoso *Articulum stantis edt cadentis Ecclesiae*) não é uma doutrina, mas uma pessoa.

Fico sem palavras cada vez que releio esta parte da Carta aos Romanos. Após ter descrito, com os tons que ouvimos, a situação desesperada da humanidade, o Apóstolo tem a coragem de dizer que ela mudou radicalmente por causa do que aconteceu poucos anos antes, numa obscura parte do império romano, por obra de um só homem, ainda por cima morto numa cruz! Apenas uma “ponta” do Espírito Santo, um seu fulgor, podia dar a um homem a ousadia de crer e proclamar esta coisa inaudita. Ainda mais que este mesmo homem outrora se tornava “furioso” se alguém ousasse proclamar em sua presença uma coisa do género. O diácono Estêvão pagou tal preço...

Em nós, o choque é atenuado por vinte séculos de confirmações, mas pensemos sobre como deviam soar as palavras do Apóstolo a pessoas cultas do tempo. Ele mesmo se dava conta; por isso, sentiu a necessidade de dizer: “Eu não me envergonho do evangelho” (Rm 1,16). Poder-se-ia, de facto, envergonhar-se dele. Não consigo entender como historiadores honestos possam crer (como aconteceu por tanto tempo) que Paulo tenha tirado esta sua certeza dos cultos helenísticos, ou não sei de qual outra fonte. Quem teria imaginado, ou poderia humanamente imaginar, algo do género?

Mas voltemos ao nosso intuito específico, que é a evangelização. O que aprendemos da palavra de Deus que acabamos de ouvir? Aos pagãos, Paulo não diz que o remédio à sua idolatria está em voltar a interrogar o universo para das criaturas se reportar a Deus; aos judeus, não diz que o remédio está em voltar a observar melhor a Lei de Moisés. O remédio não está no alto ou atrás; está adiante, está em acolher “a redenção em Cristo Jesus”.

Paulo, para dizer a verdade, não diz algo totalmente novo. Se fosse ele o autor desta mensagem inaudita, teriam razão aqueles que dizem que o verdadeiro fundador do cristianismo é Saulo de Tarso, não Jesus de Nazaré. Mas estão errados! Paulo não faz outra coisa senão retomar, adaptando-o à situação do momento, o anúncio inaugural da pregação de Jesus: “Cumpriu-se o tempo, e está próximo o Reino de Deus. Convertedei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). Em sua boca, “convertei-vos” não queria dizer, como nos antigos profetas e em João Baptista: “Voltai atrás, observai a Lei e os mandamentos”; significa mais: “Dai um passo à frente; entrai no Reino que gratuitamente veio em vosso meio! Crede no Evangelho!”. Converter-se é crer. “A primeira conversão consiste em crer”, escreveu São Tomás de Aquino: *Prima conversio fit per fidem*[2].

Nem o discurso de Jesus, nem o de Paulo se detêm, naturalmente, neste ponto. Na sua pregação, Jesus exporá o que comporta acolher o Reino e Paulo dedicará toda a segunda parte da sua Carta a elencar as obras, ou as virtudes, que devem caracterizar quem se tornou criatura nova. Ao querigma, faz seguir a parénesis, ao anúncio, a exortação. O importante é a ordem a ser seguida na vida e no anúncio, por onde começar, pois, já dizia São Gregório Magno “não se chega à fé partindo das virtudes, mas às virtudes partindo da fé”[3]. Toda a iniciativa de evangelização que quisesse começar com a reforma dos costumes da sociedade, antes de procurar mudar o coração das pessoas, é fadada a cair no nada, ou, pior, na política.

Mas não é o caso de insistir nem mesmo sobre isso, neste momento. Devemos, antes, colher o ensinamento positivo do Apóstolo. O que diz a palavra de Deus a uma Igreja que – mesmo ferida em si mesma e comprometida aos olhos do mundo – tem um

suspiro de esperança e quer retomar, com novo impulso, a sua missão evangelizadora? Diz que é preciso recomeçar a partir da pessoa de Cristo, falar dele “oportuna e inoportunamente”; jamais dar por certo, ou pressuposto, o discurso sobre ele. Jesus não deve estar no pano de fundo, mas no coração de todo o anúncio.

O mundo secular faz de tudo (e infelizmente consegue!) para manter o nome de Jesus longe, ou silenciado, em todo o discurso sobre a Igreja. Nós devemos fazer de tudo para mantê-lo sempre presente. Não para nos refugiarmos por detrás dele, mas porque é ele a força e a vida da Igreja. No início da *Evangelii gaudium*, lemos estas palavras:

Convido todo o cristão, em qualquer lugar e situação em que se encontre, a renovar hoje mesmo o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de O procurar dia a dia sem cessar. Não há motivo para alguém poder pensar que este convite não lhe diz respeito.

Que eu saiba, esta é a primeira vez que, num documento oficial do Magistério, aparece a expressão “encontro pessoal com Cristo”. Apesar da sua aparente simplicidade, esta expressão contém uma novidade que devemos procurar entender.

Na pastoral e na espiritualidade católica, eram familiares, no passado, outros modos de conceber a nossa relação com Cristo. Falava-se de uma *relação doutrinal*, que consistia em crer em Cristo; de uma *relação sacramental*, que se realiza nos sacramentos; de uma *relação eclesial*, enquanto membros do corpo de Cristo, que é a Igreja; falava-se também de uma *relação mística ou esponsal*, reservada a algumas almas privilegiadas. Não se falava – ou ao menos

não era comum falar – de uma *relação pessoal* – como entre um eu e um tu –, aberta a todo o crente.

Durante os cinco séculos que temos às costas – que impropriamente são chamados “da Contrarreforma” –, a espiritualidade e a pastoral católica têm olhado com suspeita para este modo de conceber a salvação. Via-se aí o perigo (de resto, totalmente o contrário de remoto e hipotético) do subjetivismo, isto é, de conceber a fé e a salvação como um facto individual, sem uma verdadeira relação com a Tradição e com a fé do resto da Igreja. A multiplicação das correntes e das denominações no mundo Protestante não fazia outra coisa senão reforçar esta convicção.

Entramos agora, graças a Deus, numa nova fase, na qual nos esforçamos em ver as diferenças, não necessariamente como incompatíveis entre si e, portanto, a serem combatidas, mas, até onde é possível, como riquezas a serem compartilhadas. Neste novo clima, entende-se a exortação para haver uma “relação pessoal com Cristo”. Este modo de conceber a fé parece-nos, antes, o único possível desde quando a fé não é mais um facto pressuposto que se absorve quando crianças com a educação familiar e escolástica, mas é fruto de uma decisão pessoal. O sucesso de uma missão não pode ser medido pelo número das confissões ouvidas e das comunhões distribuídas, mas de quantas pessoas passaram de ser cristãos de nome a cristãos reais, isto é, convictos e activos na comunidade.

Procuremos entender em que consiste, concretamente, este famoso “encontro pessoal” com Cristo. Eu digo que é como encontrar uma pessoa ao vivo, depois de tê-la conhecido durante anos apenas por fotografia. Pode-se conhecer livros sobre Jesus, doutrinas,

heresias sobre Jesus, conceitos sobre Jesus, mas não o conhecer vivo e presente (insisto sobretudo sobre estes dois adjetivos: um Jesus ressuscitado e *vivo* e um Jesus *presente!*). Para muitos, mesmo batizados e crentes, Jesus é um personagem do passado, não uma pessoa viva no presente.

Ajuda-nos a entender a diferença aquilo que acontece no âmbito humano, quando se passa do conhecer uma pessoa ao enamorar-se dela. Alguém pode conhecer tudo sobre uma mulher ou um homem: como se chama, quantos anos tem, que estudos fez, a que família pertence... Depois, um dia acende-se uma fagulha e enamora-se daquela mulher ou daquele homem. Tudo muda. Quer estar com aquela pessoa, agradá-la, tê-la para si, tem medo de desagradá-la e de não ser digno dela.

Como fazer para que se acenda em muitos aquela fagulha em relação à pessoa de Jesus? Ela não se acenderá em quem escuta a mensagem do Evangelho, se não se acendeu antes – ao menos como desejo, como busca e como propósito – em quem o proclama. Houve e há exceções; a palavra de Deus tem uma força própria e pode agir, às vezes, mesmo se pronunciada por quem não a vive; mas é exceção.

Para consolação e encorajamento de quantos trabalham institucionalmente no campo da evangelização, gostaria de lhes dizer que nem tudo depende deles. Deles, depende criar as condições para que se acenda aquela fagulha e se difunda. Mas ela acende-se das maneiras e nos momentos mais impensáveis. Na maioria dos casos que conheci na minha vida, a descoberta de Cristo que mudou a vida tinha sido ocasionada a partir do encontro com alguém que já tinha experimentado aquela graça, da participação de um encontro, da

escuta de um testemunho, de ter experimentado a presença de Deus num momento de grande sofrimento, e – não posso omiti-lo, pois assim aconteceu também para mim – de ter recebido o chamado baptismo do Espírito.

Aqui se vê a necessidade de designar sempre mais os leigos, homens e mulheres, para a evangelização. Eles estão mais inseridos nas tramas da vida em que normalmente se realizam aquelas circunstâncias. Também pela escassez de número, a nós, do clero, torna-se mais fácil sermos pastores do que pescadores de almas: mais fácil apascentar com as palavras e os sacramentos aqueles que vêm à Igreja, do que partir ao alto-mar a pescar os distantes. Os leigos podem suprir-nos na tarefa de pescadores. Muitos deles descobriram o que significa conhecer Jesus vivo e estão ansiosos para compartilhar com outros a sua descoberta.

Os movimentos eclesiais, surgidos após o Concílio, foram para muitos o lugar em que fizeram tal descoberta. Na sua homilia na Missa Crismal da Quinta-feira Santa de 2012, a última do seu pontificado, Bento XVI afirmou: “Quem observa a história do período pós-conciliar pode reconhecer a dinâmica da verdadeira renovação, que frequentemente assumiu formas inesperadas em movimentos cheios de vida e que tornam quase palpável a vivacidade inexaurível da santa Igreja, a presença e a acção eficaz do Espírito Santo”. Junto com os bons frutos, alguns desses movimentos produziram também frutos podres. É preciso recordar-se da expressão: “Não deite fora o bebé juntamente com a água do banho”.

Termino com as palavras conclusivas do *Itinerário da mente para Deus*, de São Boaventura, porque elas nos sugerem por onde

começar para realizar, ou renovar, a nossa “relação pessoal com Cristo” e nos tornarmos seus corajosos anunciadores:

É este um dom místico e secretíssimo – escreve – que ninguém conhece, senão quem o recebe. Nem o recebe, senão quem o deseja. Nem o deseja, senão quem está inflamado profundamente pelo fogo do Espírito Santo que Jesus Cristo enviou à terra[4].

NOTAS

[1] Cf. Agostinho, *De natura et gratia*, 22,24.

[2] Cf. Tomás de Aquino, *S.Th. I-IIae*, q.113, a. 4.

[3] Cf. Gregório Magno, *Homilias sobre Ezequiel*, II,7 (PL 76, 1018).

[4] Cf. Boaventura de Bagnoregio, *Itinerarium mentis in Deum*, VII,4.

“DEUS É AMOR!”

III Pregação, Quaresma de 2023

Há necessidade da teologia!

Para a minha e a sua consolação, Santo Padre, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs, esta meditação será centrada toda e apenas sobre Deus. A teologia, isto é, o discurso sobre Deus, não pode permanecer estranha à realidade do Sínodo, como não pode permanecer estranha a qualquer outro momento da vida da Igreja. Sem a teologia, a fé se tornaria facilmente morta repetição; careceria do instrumento principal para a sua inculturação.

Para desempenhar esta tarefa, a teologia necessita, ela própria, de uma renovação profunda. O que o povo de Deus necessita é uma teologia que não fale de Deus sempre e apenas “em terceira pessoa”, com categorias frequentemente tomadas do sistema filosófico do momento, incompreensíveis fora do círculo restrito dos “iniciados”. Está escrito que “o Verbo se fez carne”, mas, na teologia, frequentemente o Verbo se fez somente ideia! Karl Barth desejava o advento de uma teologia “capaz de ser pregada”, mas este desejo parece-me ainda estar longe de ser realizado. São Paulo escreveu:

O Espírito sonda tudo, até mesmo as profundezas de Deus... Ninguém conhece o que é de Deus, a não ser o Espírito de Deus. Nós não recebemos o espírito do mundo, mas recebemos o Espírito que vem de Deus, para conhecermos os dons que Deus nos concedeu (1Cor 2,10-12).

Mas, então, onde encontrar uma teologia que se apoie no Espírito Santo, mais do que em categorias de sabedoria humana, para conhecer “as profundezas de Deus”? É preciso, para isso, recorrer a matérias chamadas “opcionais”: à “Teologia espiritual”, ou então à “Teologia pastoral”. Henri de Lubac escreveu: “O ministério da pregação não é a vulgarização de um ensinamento doutrinal em forma mais abstrata, que lhe fosse anterior e superior. É, ao contrário, o próprio ensinamento doutrinal, na sua forma mais alta. Isto era verdadeiro para a primeira pregação cristã, aquela dos apóstolos, e igualmente verdadeiro para a pregação daqueles que lhes sucederam na Igreja: os Padres, os Doutores e os nossos Pastores na presente hora”[1].

Estou convicto de que não há qualquer conteúdo da fé, por mais elevado, que não possa ser tornado compreensível a toda a inteligência aberta à verdade. Se há uma coisa que podemos aprender dos Padres da Igreja é que podemos ser profundos sem ser obscuros. São Gregório Magno afirma que a Sagrada Escritura é “simples e profunda, como um rio em que, por assim dizer, um cordeiro pode caminhar e um elefante pode nadar”[2]. A teologia deveria inspirar-se neste modelo. Cada um deveria poder aí encontrar pão para os seus dentes: o simples, a sua alimentação, e o duto, alimento refinado para o seu paladar. Sem contar que, frequentemente, é revelado aos “pequeninos” o que permanece oculto “aos sábios e entendidos”.

Mas peço desculpas se estiver traindo a minha promessa inicial. Não é um discurso sobre a renovação da teologia que pretendo fazer nesta sede. Eu não teria nenhum título para fazê-lo. Gostaria mais de mostrar como a teologia, entendida no sentido

acenado, pode contribuir para apresentar de modo significativo a mensagem evangélica ao homem de hoje e a dar nova seiva à nossa fé e à nossa oração.

A mais bela notícia que a Igreja tem o dever de fazer ressoar no mundo, aquela que todo o coração humano espera ouvir, é: “Deus ama-te!”. Esta certeza deve tirar do lugar e substituir aquela que trazemos dentro de nós desde sempre: “Deus julga-te!”. A solene afirmação de João: “Deus é amor” (1Jo 4,8) deve acompanhar, como uma nota de fundo, todo o anúncio cristão, mesmo quando deverá recordar, como faz o Evangelho, as exigências práticas desse amor.

Quando invocamos o Espírito Santo – também na presente ocasião do Sínodo –, pensamos primeiramente no Espírito Santo como *luz* que nos ilumina sobre as situações e nos sugere as soluções justas. Pensamos menos no Espírito Santo como *amor*; ao contrário, é esta a primeira e mais essencial operação do Espírito de que a Igreja necessita. Somente a caridade edifica; o conhecimento – também teológico, jurídico e eclesiástico – frequentemente não faz outra coisa senão inchar e dividir. Se nos perguntarmos por que estamos tão ansiosos em conhecer (e hoje, tão animados com a perspectiva da inteligência artificial!) e tão pouco, ao contrário, preocupados em amar, a resposta é simples: é que o conhecimento traduz-se em poder, o amor, ao invés, em serviço!

O próprio Henri de Lubac escreveu: “É preciso que o mundo saiba: a revelação do Deus Amor inverte tudo o que ele concebera sobre a divindade”[3]. Até hoje não terminámos (nem terminaremos jamais) de tirar todas as consequências da revolução evangélica sobre Deus como amor. Nesta meditação, gostaria de mostrar como,

partindo da revelação de Deus como amor, se iluminam de nova luz os principais mistérios da nossa fé: a Trindade, a Encarnação e a Paixão de Cristo, e torna-se menos difícil fazê-los compreender pelas pessoas.

Porquê a Trindade?

Iniciemos do mistério da Trindade: por que nós, cristãos, cremos que Deus é uno e trino? Tenho me encontrado, mais de uma vez, a pregar a palavra de Deus a cristãos que vivem em países de maioria islâmica, nos quais, contudo, há uma relativa tolerância e possibilidade de diálogo, como ocorre nos Emirados Árabes. São pessoas, na maioria imigrantes, empregadas como mão de obra. Às vezes, perguntaram-me sobre o que responder à questão que lhes é dirigida nos lugares de trabalho: “Por que vocês, cristãos, dizem que são monoteístas, se não creem em um Deus uno e único?”.

Digo o que tenho aconselhado a responder-lhes, pois é a explicação que deveríamos dar a nós mesmos e a quem nos interroga sobre o mesmo problema. Nós cremos em um Deus uno e trino porque cremos que Deus é amor. Todo o amor é amor a alguém, ou a algo; não se dá um amor ao acaso, sem objeto, como não há conhecimento que não seja conhecimento de alguém ou de algo.

Portanto, quem ama a Deus, para ser definido amor? O universo? A humanidade? Mas então é amor apenas há algumas décadas de milhares de anos, isto é, desde quando existe o universo físico e a humanidade. Antes de então, quem amava a Deus para que fosse amor, a partir do momento em que Deus não pode mudar e começar a ser o que, precedentemente, não era? Os pensadores gregos, concebendo Deus sobretudo como “pensamento”, podiam

responder, como faz Aristóteles na sua *Metafísica*: Deus pensava a si mesmo; era “puro pensamento”, “pensamento de pensamento”[4]. Mas isto não é mais possível, do momento em que se diz que Deus é amor, pois o “puro amor de si mesmo” seria apenas egoísmo ou narcisismo.

E eis a resposta da revelação, definida no Concílio de Niceia de 325. Deus é amor desde sempre, *ab aeterno*, porque antes ainda que existisse um objeto fora de si para amar, tinha em si próprio o Verbo, “o Filho unigénito”, que amava com um amor infinito, que é o Espírito Santo. Se “no princípio era o Verbo” (Jo 1,1), quer dizer que no princípio era o amor!

Tudo isso não explica *como a unidade* possa ser contemporaneamente trindade, mistério incognoscível por nós porque ocorre somente em Deus. Ajuda-nos, porém, a intuir *porque* em Deus a unidade deve ser também comunhão e pluralidade. Deus é amor: por isso é Trindade! Um Deus que fosse puro conhecimento ou pura lei, ou poder absoluto, não teria certamente necessidade de ser trino. Isto, ao invés, complicaria as coisas. Nenhum triunvirato e nenhuma diarquia jamais duraram longamente na história!

Também os cristãos crêem, portanto, na unidade de Deus e são, por isso, monoteístas; uma unidade, porém, não matemática e numérica, mas de amor e comunhão. Se há algo que a experiência do anúncio demonstra ser ainda capaz de ajudar os homens de hoje, se não para explicar, ao menos para se fazer uma ideia da Trindade, isso, repito, é justamente o que gira em torno do amor. Deus é “acto puro”, e este acto é um acto de amor, do qual emergem,

simultaneamente e *ab aeterno*, um amante, um amado e o amor que os une.

O mistério dos mistérios não é, pensando bem, a Trindade, mas entender o que é, na realidade, o amor! Sendo ele a essência de Deus, não nos será dado entender plenamente o que é o amor nem mesmo na vida eterna. Ser-nos-á dado, contudo, algo de melhor do que conhecê-lo, isto é, possuí-lo e saciar-nos dele eternamente. Não se pode abraçar o oceano, mas nele se pode adentrar!

Porquê a encarnação?

Passemos ao outro grande mistério para crer e anunciar ao mundo: a Encarnação do Verbo. À luz da revelação de Deus como amor, também isso, veremos, adquire uma nova dimensão. Peço perdão se, nesta parte, talvez eu peça um esforço de atenção superior ao que é lícito pedir aos ouvintes numa pregação, mas creio que o esforço valha a pena ser feito uma vez na vida.

Retomemos a partir da famosa pergunta de Santo Anselmo (1033-1109): “Porque Deus se fez homem?”. *Cur Deus homo?* É conhecida a sua resposta. É porque somente alguém que fosse ao mesmo tempo homem e Deus podia resgatar-nos do pecado. Como homem, de facto, ele podia representar toda a humanidade e, como Deus, o que fazia tinha um valor infinito, proporcional à dívida que o homem contraíra com Deus ao pecar.

A resposta de Santo Anselmo é perenemente válida, mas não é a única possível, e nem mesmo totalmente satisfatória. No credo, professamos que o Filho de Deus se fez carne “por nós, homens, e para nossa salvação”, mas a nossa salvação não se limita apenas à

remissão dos pecados, muito menos de um pecado particular, o original. Sobra espaço, portanto, para o aprofundamento da fé.

É o que procura fazer o Bem-aventurado João Duns Scotus (1265 - 1308). Deus – afirma ele – fez-se homem porque este era o projeto divino originário, anterior à própria queda: isto é, que o mundo – criado “por meio de Cristo e em vista dele” (Cl 1,16) – encontrasse nele, “na plenitude dos tempos”, a sua coroação e a sua recapitulação (Ef 1,10).

Deus, escreve Scotus, “antes de tudo ama-se a si mesmo; depois, quer ser amado por alguém que o ame em sumo grau fora de si mesmo”; por isso, “prevê a união com a natureza, que devia amá-lo em sumo grau”. Este amante perfeito não podia ser nenhuma criatura, sendo finita, mas somente o Verbo eterno. Este, por isso, ter-se-ia encarnado “mesmo que ninguém tivesse pecado”[5]. O pecado de Adão não determinou o próprio facto da encarnação, mas somente a sua modalidade de expiação mediante a paixão e a morte.

No início de tudo, ainda há, infelizmente, como se vê em Scotus, um Deus para amar mais do que um Deus que ama. É um resíduo da visão filosófica do Deus “motor imóvel”, que pode ser amado, mas não pode amar. “Deus – escrevera Aristóteles – move o mundo à medida que é amado”, isto é, enquanto objeto de amor, não quando ama[6]. Em linha com a visão ocidental da Trindade, Scotus põe a *natureza* divina, não a *pessoa* do Pai, no início do discurso sobre Deus. E a natureza não é um sujeito que ama! Isso, os nossos irmãos ortodoxos, herdeiros dos Padres gregos, viram mais justamente do que nós, latinos.

Sobre este ponto, a Escritura chama-nos a todos, creio, a dar hoje um passo à frente, também em relação a Scotus, sempre conscientes, contudo, de que as nossas afirmações sobre Deus não são outra coisa senão instáveis sinais traçados com o dedo na superfície do oceano. Deus Pai decide a encarnação do Verbo não porque quer, fora de si, *alguém que o ame* de modo digno de si, mas porque quer ter fora de si *alguém para amar* de modo digno de si! Não para receber amor, mas para derramá-lo. Ao apresentar Jesus ao mundo, no Baptismo e na Transfiguração, o Pai celeste diz: “Este é o meu Filho, o *amado*” (Mc 1,11; 9,7); não diz: “o *amante*”.

Somente o Pai, na Trindade (e em todo o universo!), não necessita de ser amado para existir; necessita apenas de amar. Isto é o que garante o papel do Pai como fonte e origem única da Trindade, mantendo, ao mesmo tempo, a perfeita igualdade de natureza entre as três divinas Pessoas. Há, na origem de tudo, a fulgurante intuição de Agostinho e da escola nascida a partir dele. Ela define o Pai como o *amante*, o Filho como o *amado* e o Espírito Santo como o *amor* que os une[7]. Nisso, também nós, latinos, temos algo de precioso e essencial a oferecer para uma síntese ecuménica. Graças a Deus, uma plena reconciliação entre duas teologias não parece tão difícil e distante. Este seria um passo decisivo em direção à unidade da Igreja.

Porquê a paixão?

Vamos agora ao terceiro grande mistério: a paixão de Cristo, que estamos prestes a celebrar na Páscoa. Vejamos como, partindo da revelação de Deus como amor, também isso se ilumina de nova

luz. “*Por seus ferimentos fomos curados*”: com estas palavras, ditas sobre o Servo de Javé (Is 53,5-6), a fé da Igreja expressou o significado salvífico da morte de Cristo (1Pd 2,24). Mas será que chagas, cruz e dor – factos negativos e, como tais, somente privação de bem – podem produzir uma realidade positiva, como é a salvação de todo o género humano? A verdade é que não fomos salvos pela dor de Cristo, mas pelo seu amor! Mais precisamente, do amor que se expressa no sacrifício de si mesmo. Pelo amor crucificado!

A Abelardo, que, já a seu tempo, achava repugnante a ideia de um Deus que se “agrada” com a morte do Filho, São Bernardo respondia: “Não foi a sua morte que lhe agradou, mas a sua vontade de morrer espontaneamente por nós”: “*Non mors, sed voluntas placuit sponte morientis*”[8].

A dor de Cristo conserva todo o seu valor, e a Igreja jamais deixará de meditar sobre ela: não, porém, como causa, por si mesma, de salvação, mas como sinal e demonstração do amor: “*Deus, contudo, prova o seu amor para connosco, pelo facto de que Cristo morreu por nós, quando ainda éramos pecadores*” (Rm 5,8). A morte é o sinal; o amor, o significado. O evangelista São João põe como uma chave de leitura no início da sua narração da Paixão: “Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao fim” (Jo 13,1).

Isso tira da paixão de Cristo uma conotação que sempre suscitou perplexos e insatisfeitos: a ideia, isto é, de um preço e um resgate a ser pago a Deus (ou, pior, ao demónio!), de um sacrifício com o qual aplacar a ira divina. Na realidade, foi mais Deus quem fez o grande sacrifício de nos dar o seu Filho, de não “poupá-lo”, como

Abraão fez sacrifício de não poupar o seu filho Isaac (Gn 22,16; Rm 8,32). Deus é mais o *sujeito* do que o *destinatário* do sacrifício da cruz!

Um amor digno de Deus

Agora devemos ver o que muda na nossa vida a verdade que contemplamos nos mistérios de Trindade, Encarnação e Paixão de Cristo. E, aqui, aguarda-nos a surpresa que jamais falta quando se procura aprofundar os tesouros da fé cristã. A surpresa é descobrir que, graças à nossa incorporação a Cristo, também nós podemos amar a Deus com um amor infinito, digno d'Ele!

São Paulo escreve que: “O amor de Deus foi derramado em nossos corações” (Rm 5,5). O amor que foi derramado em nós é aquele mesmo com que o Pai, desde sempre, ama o Filho, não um amor diferente! *“Eu neles e tu em mim – diz Jesus ao Pai –, para que o amor com que me amaste esteja neles, e eu mesmo esteja neles”* (Jo 17, 23.26). Note-se: “o amor com que me amaste”, não um diferente. É um transbordar do amor divino da Trindade sobre nós. Deus comunica à alma – escreve São João da Cruz – “o mesmo amor que comunica ao Filho, ainda que isto não aconteça por natureza, como no caso do Filho, mas por união[9].

A consequência é que nós podemos amar o Pai com o amor com que o ama o Filho e podemos amar Jesus com o amor com que o ama o Pai. Tudo graças ao Espírito Santo, que é esse mesmo amor. O que damos, então, a Deus de nosso, quando lhe dizemos: “Eu amo-te!”? Nada mais do que o amor que recebemos d'Ele! Nada, portanto, absolutamente, da nossa parte? Seria, talvez, o nosso amor

a Deus nada mais do que “reverberar” o seu próprio amor para Ele, como o eco retorna o som à sua origem?

Não neste caso! O eco do seu amor retorna a Deus da cavidade do nosso coração, mas com uma novidade que, para Deus, é tudo: o perfume da nossa liberdade e da nossa gratidão de filhos! Tudo isso se realiza, de modo exemplar, na Eucaristia. O que fazemos nela, senão oferecer ao Pai, como “nosso sacrifício”, aquilo que, na realidade, o próprio Pai nos deu, isto é, o seu Filho Jesus?

Podemos dizer a Deus Pai: “Pai, eu amo-te com o amor com que te ama o teu Filho Jesus!” E dizer a Jesus: “Jesus, eu amo-te com o amor com que te ama o teu Pai celeste”. E saber, com certeza, que não é uma piedosa ilusão! Todas as vezes que, rezando, procuro fazê-lo eu mesmo, volta-me à mente o episódio de Jacob que se apresenta ao pai Isaac para receber a bênção, passando-se pelo irmão mais velho (Gn 27,1-23). E tento imaginar o que Deus Pai poderia dizer a si mesmo naquele momento: “Realmente, a voz não é mesmo aquela do meu Filho primogénito; mas as mãos, os pés e todo o corpo são os mesmos que meu Filho tomou na terra e trouxe aqui acima, ao céu”.

E estou certo de que Ele me abençoa, como Isaac abençoou Jacob! E os abençoa todos, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs. É o esplendor da nossa fé de cristãos.

Espero ter sido capaz de transmitir algum fragmento aos homens e mulheres do nosso tempo, que estão sedentos de amor, mas desconhecem a sua fonte.

NOTAS

- [1] Cf. H. de Lubac, *Exégèse médiévale*, I, 2, Parigi 1959, p. 670.
- [2] Cf. Gregório Magno, *Moralia in Job*, Epist. Missoria, 4 (PL 75, 515).
- [3] Cf. Henri de Lubac, *Histoire et Esprit*, Aubier, Paris 1950.
- [4] Cf. Aristóteles, *Metafísica*, XII,7, 1072b.
- [5] Cf. Duns Scotus, *Opus Parisiense*, III, d. 7, q. 4 (*Opera omnia*, XXIII, Paris 1894, p. 303).
- [6] Cf. Aristóteles, *Metafísica*, XII,7, 1072b.
- [7] Cf. Agostinho, *De Trinitate*, VIII, 9,14; IX, 2,2; XV,17,31; Ricardo de São Vítor, *De Trin.* III,2.18; Boaventura, *I Sent.* d. 13, q.1.
- [8] Cf. Bernardo de Claraval, *Contro gli errori di Abelardo*, VIII, 21-22: “*Non mors, sed voluntas placuit sponte morientis*”.
- [9] Cf. João da Cruz, *Cântico espiritual A*, estrofe 38,4.

“MYSTERIUM FIDEI!”

Reflexões sobre a Liturgia

Quarta Pregação da Quaresma de 2023

Após aquelas sobre a evangelização e sobre a teologia, gostaria de propor hoje algumas reflexões sobre a liturgia e sobre o culto da Igreja, sempre com o intuito de dar uma contribuição, por mais modesta e indirecta, aos trabalhos do Sínodo. A liturgia é o ponto de chegada, aquilo a que tende a evangelização. Na parábola evangélica, os servidores são enviados pelas estradas e encruzilhadas para convidar todos ao banquete. A Igreja é a sala do banquete e a Eucaristia, “a ceia do Senhor” (1Cor 11,20) nela preparada.

Iniciemos as nossas reflexões com uma palavra da Carta aos Hebreus: Quem se aproxima de Deus – diz ela – deve crer que ele existe” (Hb 11,6). Antes ainda, contudo, de crer que ele existe (que é já uma aproximação), é necessário sentir ao menos o “aroma” da sua existência. Isto é o que chamamos sentido do sagrado e que um famoso autor chama “o numinoso”, qualificando-o como “mistério tremendo e fascinante”[1]. Santo Agostinho antecipou surpreendentemente esta descoberta da moderna Fenomenologia religiosa. Dirigindo-se a Deus, nas *Confissões*, diz: “Quando te conheci pela primeira vez..., tremi de amor e de assombro: *contremui amore et orrore*”[2]. E ainda: “Estremeço e inflamo” (*et inhorresco et inardesco*): estremeço pela distância, inflamo pela semelhança”[3].

Se viesse a faltar completamente o sentido do sagrado, viria a faltar o próprio terreno, ou o clima, em que desabrocha o acto de fé. Charles Péguy escreveu que “a assustadora penúria e indigência do sagrado é a marca profunda do mundo moderno”. Se caiu o sentido dosagrado, dele permaneceu, contudo, o lamento que alguém definiu, de forma laica, “saudade do Totalmente Outro” (Max Horkheimer).

Os jovens, mais do que todos, percebem esta necessidade de serem transportados para fora da banalidade do quotidiano, de escapar, e inventaram os seus próprios modos de satisfazer esta necessidade. Foi observado por estudiosos da psicologia de massa que os jovens que participaram há um tempo em famosos shows de rock, como os de Elvis Presley ou o Festival de Woodstock de 1969, eram transportados para fora do seu mundo quotidiano e projectados numa dimensão que lhes dava a impressão de algo transcendente e sagrado.

Não diversamente, acontece para aqueles que participam hoje dos megashows de cantores e grupos musicais. O facto de estarem muitos e vibrarem em uníssono como uma massa, amplifica infinitamente a própria emoção. Tem-se o sentimento de fazer parte de uma realidade diversa, superior, que dá lugar a uma espécie de “devoção”. O termo “fã” (abreviatura, como sabemos de *fanatic*, isto é, fanático) é o correspondente secularizado de “devoto”. A qualificação de “ídolos” dada aos seus queridos tem uma profunda correspondência com a realidade.

Essas reuniões de massas podem ter o seu valor artístico e por vezes veicular mensagens nobres e positivas, como a paz e o amor. São “liturgias”, no sentido originário e profano do termo, isto é, espectáculos oferecidos ao público, por dever, ou para obter o

seu favor. Não têm, contudo, nada a ver com a autêntica experiência do sagrado. No título “Divina liturgia”, o adjetivo “divina” foi acrescentado justamente para distingui-la das liturgias humanas. Há uma diferença qualitativa entre as duas coisas.

Tentemos ver por que meios a Igreja pode ser, para os homens de hoje, o lugar privilegiado de uma verdadeira experiência de Deus e do transcendente. A primeira ocasião em que se pensa, também pela semelhança externa, são as grandes reuniões promovidas pelas várias Igrejas cristãs. Pensemos, por exemplo, nas Jornadas Mundiais da Juventude, e nos inúmeros eventos – congressos, convenções e convocações – dos quais tomam parte dezenas (às vezes centenas) de milhares de pessoas em todo o mundo. É incontável o número de pessoas pelas quais tais eventos foram ocasião de uma forte experiência de Deus e o início de uma relação nova e pessoal com Cristo.

O que faz a diferença entre este tipo de encontros de massas e aqueles acima descritos é que aqui, o protagonista não é uma personalidade humana, mas Deus. O sentido do sagrado que se experimenta neles é o único verdadeiramente genuíno, e não uma substituição, pois é suscitado pelo Santo dos Santos e não por um “ídolo”.

Todavia, são eventos extraordinários, dos quais nem todos e nem sempre podem participar. A ocasião por excelência e mais comum, para uma experiência do sagrado na Igreja, é a liturgia. A liturgia católica transformou-se, em pouco tempo, de acção com forte traço sacral e sacerdotal, na acção mais comunitária e participada,

onde todo o povo de Deus tem a sua parte, cada um com o próprio ministério.

Gostaria de tentar dizer como eu vejo e explico a mim mesmo esta mudança. Não é absolutamente para me colocar como juiz do passado, mas para compreender melhor o presente. O presente, na Igreja, jamais é negação do passado, mas seu enriquecimento; ou ainda, como neste caso, superação do passado *recente* para recuperar o *mais antigo* e originário.

Na evolução da Igreja entendida como povo, acontece algo parecido ao que acontece à Igreja entendida como edifício. Pensemos em algumas célebres basílicas e catedrais: quantas transformações arquitectónicas no curso dos séculos para responder às necessidades e aos gostos de cada época! Mas é sempre a mesma Igreja, dedicada ao mesmo santo. Se há uma tendência geral em acto na época moderna, é aquela de reportar tais edifícios – quando isso é possível e vale a pena – à sua estrutura e estilo originários. A mesma tendência está em acto para a Igreja como povo de Deus e, particularmente, para a sua liturgia. O Concílio Vaticano II foi um seu momento decisivo, mas não o início absoluto. Ele colheu os frutos de muito trabalho precedente.

Certamente, não é o caso de adentrarmos aqui na história secular da Liturgia – outros o fizeram e, justamente do ponto de vista que nos interessa[4]. Gostaria apenas de evidenciar a evolução que se refere ao sentido do sagrado. No início da Igreja e para os três primeiros séculos, a liturgia é realmente uma “liturgia”, isto é, acção do povo (*laos*, povo, está entre as componentes etimológicas de *leitourgia*). De São Justino, da *Traditio Apostolica* de Santo Hipólito e outras fontes do tempo, obtemos uma visão da Missa certamente mais próxima

àquela reformada de hoje, do que aquela dos séculos que temos às costas. O que aconteceu depois de então? A resposta é, numa palavra que não podemos evitar, mesmo se exposta a abuso: clericalização! Em nenhum outro âmbito ela agiu mais vistosamente do que na liturgia.

O culto cristão e, particularmente, o sacrifício eucarístico, transformou-se rapidamente, no Oriente e no Ocidente, de acção do povo em acção do clero. Durante séculos e séculos, a parte central da Missa, o Cânon, era pronunciado em latim pelo sacerdote em voz baixa, atrás de uma cortina ou de um muro (um templo no templo!), fora da vista e da escuta do povo. O celebrante aumentava a voz apenas nas palavras finais do Cânon: “*Per omnia saecula saeculorum*”, e o povo respondia “Amém!” ao que não tinha ouvido e muito menos entendido. O único contacto com a Eucaristia, anunciado pelo som dos sinos ou da campainha, era o momento da elevação da Hóstia. Há um evidente retorno ao que acontecia no culto do Antigo Testamento, quando o Sumo Sacerdote entrava no *Sancta sanctorum*, com incensos e sangue das vítimas, e o povo permanecia fora trémulo, extenuado pelo sentido da majestade e inacessibilidade de Deus.

O sentido do sagrado é fortíssimo aqui, mas, após Cristo, é aquele justo e genuíno? Esta é a pergunta crucial. Lemos na Carta aos Hebreus: *De facto, não vos aproximastes... de um fogo palpável e ardente, de escuridão, treva e tempestade, da trombeta retumbante do clamor das palavras... O espectáculo era tão medonho, que Moisés disse: “Estou apavorado e tremendo”* (Ex 19,16-18; Dt9,19). *Vós, ao contrário, vos aproximastes... de Jesus, o mediador d’uma aliança e da aspersão com um sangue mais eloquente que o de Abel* (Hb 12,18-24). Cristo penetrou além do véu e não fechou o limite atrás de si (Hb 10,20).

O sagrado mudou o modo de se manifestar: não mais como mistério de majestade e poder, mas como infinita capacidade de ficar à parte, de se esconder. Após a consagração, o celebrante diz ou canta: “Eis o mistério da fé!”. Alguns de nós, mais idosos, recordarão que outrora esta exclamação era inserida até mesmo no meio da fórmula de consagração do vinho: “*Hic est enim calix sanguinis mei, novi et aeterni testamenti – Mysterium fidei! – qui pro vobis et pro multis effundetur in remissionem peccatorum*”. Como se a Igreja se detivesse, em metade da narrativa, estupefacta com o que estava dizendo!

A reforma fez bem, naturalmente, em deslocar tal exclamação para o final da consagração, mas não deveríamos perder o sentido de espanto encerrado naquela exclamação e, sobretudo, entender qual deve ser o verdadeiro motivo do nosso espanto. Ele deve ser do mesmo género daquele que se lê nos versos do Servo de Javé:

Assim também espantará a muitas nações. por causa dele, reis levarão a mão à boca, pois estarão vendo coisas que ninguém jamais lhes tinha contado e contemplarão o que não tinham ouvido. (Is 52,15-53,1)

Espanto e maravilha, sim, mas diante do quê? Não à majestade, mas à humilhação do Servo! Alguém que tinha muito afinado este sentimento era Francisco de Assis: “Pasme o homem inteiro – escrevia em sua carta a toda a Ordem –, estremeça todo o mundo e exulte o céu quando, sobre o altar, na mão do sacerdote, está Cristo, Filho do Deus vivo”. Mas “pasmarmos e estremecer” pelo quê? Escutemos

o que segue: “Ó admirável alteza e estupenda condescendência! Ó humildade sublime! Ó sublimidade humilde, pois o Senhor do Universo, Deus e Filho de Deus, de tal maneira se humilha que, por nossa salvação, se esconde sob uma pequena forma de pão! Vede, irmãos, a humildade de Deus!”[5].

Trata-se apenas de não arruinar esta possibilidade oferecida pela liturgia renovada com improvisações arbitrárias e bizarras, e manter a necessária sobriedade e compostura também quando a Missa é celebrada em situações e ambientes particulares.

Em todas as orações eucarísticas passadas e presentes, o convite que segue imediatamente a consagração é sempre aquele a recordar: “*Unde et memores*”, “celebrando, pois, a memória”. É a resposta ao mandamento de Jesus: “Fazei isto em memória de mim!”. Mas, dele, o que devemos sobretudo recordar? “*Todas as vezes que comerdes desse pão e beberdes desse cálice, proclamais a morte do Senhor*” (1Cor 11,26).

Tentemos ir uma vez além das palavras, ou melhor, dar às palavras um conteúdo existencial e não apenas ritual. Voltemos ao momento em que Jesus as pronunciou; procuremos – pelo que as narrativas evangélicas nos permitam saber – captar em que condições interiores aquela palavra “Fazei isto em memória de mim!”, saiu da boca do Redentor. Ele vê com clareza ao encontro do que está indo. Várias vezes falou disso, mas como ao longe. Agora, o momento chegou; não há nem mesmo o intervalo de tempo para atenuar a angústia. As palavras: “Este é o cálice do meu sangue” não deixam dúvidas. É alguém que está indo ao encontro da morte, e uma morte horrível. “*Qui pridie quam pateretur*”: na véspera de sua paixão...

E o que acontece ao seu redor? Os apóstolos encontram o modo de discutir ainda uma vez sobre quem é o maior (Lc 22,24-27), como irmãos que brigam por dividir entre si a herança ao redor do leito de morte do próprio pai. Um deles, em poucas horas, irá vendê-lo por 30 moedas de prata: *“In qua nocte tradebatur”*: na noite em que ia ser entregue. Nestas condições institui o sacramento com o qual se compromete em permanecer com os seus até ao fim do mundo. Onde achar um mistério mais “tremendo e fascinante” do que este? O dia que o Senhor nos concedesse, apenas por um momento, lançar um olhar até ao fim deste abismo de amor e de dor, creio que já não poderíamos viver como antes. Isso explica porque São Pio de Pietrelcina parecia lutar na Missa e não conseguir levar a termo a consagração.

Mas agora devemos completar a nossa releitura da Missa. Ela não é somente o Cânon com a consagração; há também a Liturgia da Palavra e a Comunhão. Temos à disposição alguns meios que não havia no passado, para valorizar a Liturgia da Palavra e fazer também dela ocasião para uma experiência do sagrado. Graças ao caminho que a Igreja tem feito nesse meio-tempo em muitos campos, nós temos um acesso novo, mais directo, à Palavra de Deus. Ela pode ressoar com uma riqueza e inteligência maiores do que no passado.

A atual liturgia é riquíssima da Palavra de Deus, disposta sabiamente, segundo a ordem da história da salvação, num quadro de ritos frequentemente relacionados com a linearidade e simplicidade das origens. Devemos valorizar estes meios. Nada pode romper o coração do homem e fazer-lhe sentir a transcendente realidade de Deus, melhor do que uma viva palavra de Deus, proclamada com fé e aderência à vida, durante a liturgia. A fé – afirma

São Paulo – pelo ouvir; e o ouvir, pela palavra de Cristo: *Fides ex auditu* (Rm 10,17).

Tantas palavras de Jesus, possivelmente escutadas pouco antes no Evangelho do dia, no momento da consagração, voltam a ressoar no coração, como se pronunciadas de novo pelo seu autor vivo e realmente presente sobre o altar. Recordarei sempre o dia que, após ter comentado no Evangelho a palavra de Jesus: “Aqui está quem é mais do que Jonas; aqui está quem é mais do que Salomão” (cf. Mt 12,41-42), ao levantar-me da genuflexão após a consagração, veio-me exclamar, dentro de mim, envolvido e cheio de espanto: “Aqui está quem é mais do que Salomão!”.

Também a leitura do Antigo Testamento, a partir da relação com o trecho evangélico, desencadeia significados novos e iluminadores. Na passagem da figura à realidade, a mente – dizia Santo Agostinho – se acende como “uma tocha em movimento”[6]. Como aos dois discípulos de Emaús, Jesus continua a explicar-nos “o que em todas as Escrituras se referia a ele” (cf. Lc 24,27).

E depois, eu dizia, a Comunhão. Como a liturgia pode fazer, também deste momento, a ocasião para uma experiência do sagrado, não apenas em nível individual, mas também comunitário? Eu diria, com o silêncio. Existem duas espécies de silêncio: um silêncio que podemos chamar ascético e um silêncio místico. Um silêncio com o qual a criatura busca se elevar até Deus e um silêncio provocado por Deus que se aproxima da criatura. O silêncio que se segue à Comunhão é um silêncio místico, como aquele que se observa nas teofanias do Antigo Testamento. Após a comunhão, deveríamos repetir a nós mesmos a palavra do profeta Sofonias (1,7): “Silêncio, diante do Senhor Deus!”. Jamais deveria faltar algum momento, ainda que breve, de absoluto silêncio após a Comunhão.

A tradição católica sentiu a necessidade de prolongar e dar mais espaço a este momento de contacto pessoal com o Cristo eucarístico e desenvolveu, nos séculos, sobretudo partir do séc. XIII, o culto da Eucaristia fora da Missa. Não é um culto à parte, separado e independente do sacramento; é um continuar a “fazer memória” de Cristo: dos seus mistérios e das suas palavras, um modo de “receber” Jesus sempre em maior profundidade na nossa vida. Um modo de interiorizar o mistério recebido. A adoração eucarística é o sinal mais claro de que a humildade e o esconderijo de Cristo na Eucaristia não nos fazem esquecer que estamos na presença do "Santíssimo", daquele que, com o Pai e o Espírito Santo, criou o céu e a terra.

Onde é praticado – por paróquia, indivíduos e comunidades –, os seus frutos são visíveis, também como momento de evangelização. Uma igreja cheia de fiéis em perfeito silêncio, durante uma hora de adoração diante do Santíssimo exposto, diria a quem entrasse, por acaso, naquele momento: “Aqui está Deus!”. Recordo o comentário de um não católico, no término de uma hora de adoração eucarística silenciosa, numa grande igreja paroquial dos Estados Unidos, lotada de fiéis: “Agora entendo – disse ele a um amigo – o que vocês, católicos, querem dizer quando falam de “presença real”!

Se há um motivo pelo qual eu lamento o latim, é que, com o seu desaparecimento, está desaparecendo o uso de alguns cantos nascidos para estes momentos e que têm servido a gerações de fiéis de todas as línguas para expressar a sua fervorosa devoção ao Jesus da Eucaristia:

o Adoro te devote, o Ave verum, o Panis angelicus. Sobrevivem quase que apenas pela música que célebres artistas escreveram para eles.

Nós, “ministros de Cristo e administradores dos mistérios de Deus” (1Cor 4,1), e, de modos diversos, todo fiel empenhado com o culto da Igreja, poderíamos nos sentir pressionados e impotentes diante de uma tarefa tão sublime. Teríamos toda a razão para isso. Como ajudar os homens de hoje a fazer, na liturgia, uma experiência do sagrado e do sobrenatural, nós que experimentamos em nós mesmos todo o peso da carne e a sua refratariedade ao espírito? Também aqui, a resposta é sempre a mesma: “Tereis a força do Espírito Santo!”. Ele, que é definido “a alma da Igreja”, é também a alma da sua liturgia, a luz e a força dos ritos.

É um dom que a reforma litúrgica do Vaticano II tenha posto no coração da Missa a epiclese, isto é, a invocação do Espírito Santo: primeiro sobre o pão e o vinho e depois sobre todo o corpo místico da Igreja. Tenho um grande respeito pela veneranda oração eucarística do Cânon Romano e amo utilizá-la ainda, algumas vezes, sendo aquela com que fui ordenado sacerdote. Não posso, contudo, não notar, com pesar, a total ausência do Espírito Santo nela. No lugar da atual epiclese consecratória sobre o pão e o vinho, encontramos, aí, a fórmula genérica: “Dignai-vos, ó Pai, aceitar e santificar estas oferendas...”.

Isso também foi uma triste consequência da polémica entre Oriente e Ocidente. No passado, levou-nos, a nós, latinos, a colocar o papel do Espírito Santo entre parênteses para atribuir toda a eficácia às palavras de instituição, e levou os gregos a colocar as palavras de instituição entre parênteses para atribuir toda a eficácia à acção

do Espírito Santo. Como se o mistério fosse realizado por uma espécie de reacção química cujo momento exacto pode ser determinado.

Há entretanto uma pérola que o Cânon Romano transmitiu de geração em geração, e que a reforma litúrgica conservou justamente e inseriu em todas as novas orações eucarísticas: justamente a doxologia final: “Por Cristo, com Cristo, em Cristo, a vós, Deus Pai todo-poderoso, na unidade do Espírito Santo, toda a honra e toda a glória, agora e para sempre”: *Per ipsum, cum ipso et in ipso est tibi, Deo Patri omnipotenti, in unitate Spiritus Sancti, omnis honor et gloria per omnia saecula saeculorum*. Esta fórmula expressa uma verdade fundamental que São Basílio formulou no primeiro tratado escrito sobre o Espírito Santo. No plano do ser, ou da saída das criaturas de Deus, escreve que tudo parte do Pai, passa pelo Filho e chega a nós no Espírito; na ordem do conhecimento, ou do retorno das criaturas a Deus, tudo começa com o Espírito Santo, passa pelo Filho Jesus Cristo e retorna ao Pai[7]. Sendo a liturgia o momento por excelência do retorno das criaturas a Deus, tudo nela deve partir e tomar ímpeto do Espírito Santo.

O missal antigo continha toda uma série de orações que o sacerdote devia recitar em preparação da Missa. Hoje, não poderíamos preparar melhor a celebração com uma breve, mas intensa oração ao Espírito Santo, para que renove em nós a unção sacerdotal e ponha no nosso coração o mesmo impulso que pôs no coração de Cristo, para nos oferecermos ao Pai em sacrifício de suave odor? A Carta aos Hebreus diz que, “*em virtude do Espírito eterno, Cristo se ofereceu a si mesmo a Deus como vítima sem mancha*” (Hb 9,14). Oremos para que o que aconteceu na Cabeça aconteça também em nós, membros do seu corpo.

NOTAS

- [1] Cf. Rudolph Otto, *Il Sacro (Das Heilige)*, 1917).
- [2] Cf. Santo Agostinho, *Confissões*, VII, 10.
- [3] *Ib.* XI, 9.
- [4] Cf. Mario Righetti, *Storia Liturgica*, vol. III (La Messa), Milano 1966.
- [5] Francisco de Assis, *Carta a toda a Ordem*, 26-28.
- [6] Cf. Agostinho, *Ep.* 55, 11, 21.
- [7] Cf. Basílio de Cesareia, *Tratado sobre o Espírito Santo XVIII*, 47 (PG 32, 153).

“Tende coragem, eu venci o mundo!”

V Pregação da Quaresma de 2023

“No mundo, tereis aflições, mas tende coragem! Eu venci o mundo!” (Jo 16,33). Santo Padre, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs, estas estão entre as últimas palavras que Jesus dirige aos seus discípulos, antes de se despedir deles. Elas não são o habitual “Tende coragem!” dirigido a quem fica, da parte de alguém que está prestes a partir. Acrescenta, de facto: *“Não vos deixarei órfãos, venho a vós”* (Jo 14,18).

O que significa “venho a vós”, se está para deixá-los? De que modo e com que veste virá e permanecerá com eles? Se não entendermos a resposta a esta pergunta, jamais entenderemos a verdadeira natureza da Igreja. A resposta está presente, como uma espécie de tema recorrente, nos discursos de adeus do Evangelho de João e é bom, por uma vez, escutar seguidamente os versículos em que ela se torna a nota dominante. Façamo-lo com a atenção e a emoção com que os filhos escutam as disposições do pai acerca do bem mais precioso que está prestes a lhes deixar:

E eu pedirei ao Pai, e ele vos dará um outro Paráclito, para que permaneça sempre convosco: o Espírito da Verdade, que o mundo não é capaz de receber, porque não o vê, nem o conhece. Vós o conheceis, porque ele permanece junto de vós e está em vós (14,16-17).

Ora, o Paráclito, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, ele vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que eu vos tenho dito (14,26).

Quando vier o Paráclito, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade que procede do Pai, ele dará testemunho de mim. E vós também dareis testemunho, porque estais comigo desde o começo (15,26-27).

É bom para vós que eu vá. Se eu não for, o Paráclito não virá a vós, mas se eu for, eu o mandarei a vós (16,7).

Tenho ainda muitas coisas a dizer-vos, mas não sois capazes de suportá-las agora. Quando ele vier, o Espírito da Verdade, então ele vos guiará a toda a verdade. Ele não falará de si mesmo, mas dirá tudo quanto tiver ouvido e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará, porque receberá do que é meu, e vos anunciará (16,12-14).

Mas o que é, e quem é o Espírito Santo que ele promete? É ele mesmo, Jesus, ou um outro? Se é ele mesmo, por que diz em terceira pessoa: “Quando vier o Paráclito...”; se é um outro, por que diz em primeira pessoa: “Venho a vós”? Tocamos o mistério da relação entre o Ressuscitado e o seu Espírito. Relação tão estreita e misteriosa, que São Paulo parece às vezes identificá-los. Escreve, de fato: “O Senhor é o Espírito”, mas logo acrescenta sem solução de continuidade: “e onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade” (2Cor 3,17). Se é o Espírito *do* Senhor, não pode ser, pura e simplesmente, o Senhor.

A resposta da Escritura é que o Espírito Santo, com a redenção, tornou-se “o Espírito de Cristo”; é o modo com que o Ressuscitado

assim opera na Igreja e no mundo, tendo sido, “segundo o Espírito de santidade, constituído Filho de Deus com poder, desde a ressurreição dos mortos” (Rm 1,4). Eis porque ele pode dizer aos discípulos: “É bom para vós que eu vá” e acrescentar: “não vos deixarei órfãos”.

Devemos libertar-nos completamente de uma visão da Igreja, que foi se formando pouco a pouco e se tornou dominante na consciência de muitos fiéis. Eu defino-a como uma visão deísta ou cartesiana, pela afinidade que ela tem com a visão do mundo do deísmo cartesiano. Como era concebida a relação entre Deus e o mundo nessa visão? Mais ou menos assim: Deus, no início, cria o mundo e depois se retira, deixando que se desenvolva com as leis que ele deu; como um relógio, ao qual foi dado corda suficiente para funcionar indefinidamente por conta própria. Cada nova intervenção de Deus atrapalharia esta ordem, razão pela qual os milagres são considerados inadmissíveis. Deus, ao criar o mundo, faria como alguém que dá uma leve pancada num balão de gás e impulsiona-o para o ar, permanecendo ele em terra.

O que significa esta visão aplicada à Igreja? Que Cristo fundou a Igreja, dotou-a de todas as estruturas hierárquicas e sacramentais para funcionar, e depois deixou-a, retirando-se para o seu céu, no momento da Ascensão. Como alguém que empurra um pequeno barco ao mar, permanecendo ele na margem.

Mas não é assim! Jesus subiu no barco e está dentro dele. É preciso levar a sério as suas últimas palavras, em Mateus: “*Eis que estou convosco todos os dias, até ao fim dos tempos*” (Mt 28,20). A cada nova tempestade, inclusive as hodiernas, ele nos repete o que disse aos apóstolos no episódio da tempestade acalmada: “*Por que*

tendes medo, fracos na fé?” (Mt 8,26). Não estou convosco? Posso eu afundar-me? Pode afundar-se no mar aquele que criou o mar?

Notei com alegria que, no Anuário Pontifício, sob o nome do Papa, está apenas o título “Bispo de Roma”; todos os demais títulos – Vigário de Jesus Cristo, Sumo Pontífice da Igreja Universal, Primaz da Itália, etc. – são elencados como “títulos históricos” na página seguinte. Parece-me justo, sobretudo em relação a “Vigário de Jesus Cristo”. Vigário é alguém que faz as vezes na ausência do chefe, mas Jesus Cristo jamais se ausentou e jamais se ausentará da sua Igreja. Com a sua morte e ressurreição, ele se tornou “Cabeça do corpo, que é a Igreja” (Cl 1,18), e assim continuará a ser até ao fim dos tempos: o verdadeiro e único Senhor da Igreja.

A sua não é uma presença, por assim dizer, moral e intencional, não é um senhorio por procuração. Quando não podemos presenciar algum evento pessoalmente, normalmente dizemos: “Estarei presente espiritualmente!”, o que não é de grande consolação ou ajuda a quem nos convidou. Quando dizemos que Jesus está presente “espiritualmente”, esta presença espiritual não é uma forma menos forte daquela física, mas infinitamente mais real e eficaz. É a presença dele ressuscitado, que age no poder do Espírito, age em todo tempo e lugar, e age dentro de nós.

Se, na atual situação de crescente crise energética, se descobrisse a existência de uma fonte de energia nova, inesgotável; se finalmente se descobrisse como utilizar à vontade e sem efeitos negativos a energia solar, que alívio seria para a humanidade inteira! Pois bem, a Igreja tem, em seu campo, uma semelhante fonte inesgotável de energia: o “poder do alto”, que é o Espírito Santo. Jesus

pôde dizer dele: “Até agora, nada pedistes em meu nome. Pedi e recebereis, para que a vossa alegria seja completa (Jo 16,24).

Há um momento na história da salvação que se aproxima das palavras de Jesus na última ceia. Trata-se do oráculo do profeta Ageu. Diz:

No sétimo mês, no vigésimo primeiro dia do mês, veio a palavra do Senhor por meio do profeta Ageu, nestes termos: “Diz a Zorobabel, filho de Sealtiel, governador de Judá, a Josué, filho de Josedec, sumo sacerdote, e a todo o resto do povo: Quem é dentre vós o sobrevivente que viu esta Casa na sua primeira glória? E como vós a estais vendo agora? Tal como está, não é como nada a vossos olhos? Agora, sê forte, Josué, filho de Zorobabel, oráculo do Senhor, sê forte, Josué, filho de Josedec, sumo sacerdote, sê forte, todo povo da terra – oráculo do Senhor – e trabalhai! Pois eu estou convosco, oráculo do Senhor dos exércitos... O meu espírito permanecerá em vosso meio; não temais!” (Ag 2,1-5).

É um dos pouquíssimos textos do Antigo Testamento que pode ser datado com precisão: é o dia 17 de outubro de 520 a.C. Não nos parece que é descrita, nas palavras de Ageu, a situação atual da Igreja Católica, e, por tantos aspectos, a de toda a cristandade? Quem de nós é idoso o bastante, recorda com saudade os tempos, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em que as igrejas lotavam aos domingos, matrimônios e batismos se sucediam na paróquia, os seminários e noviciados abundavam de vocações... “E como nós a estamos vendo agora?”, poderíamos dizer com Ageu? Não vale a pena gastar tempo para repetir o elenco dos males presentes, daqueles que, para alguns,

aparecem somente ruínas, não diferentes das ruínas da Roma antiga que temos em todo o entorno desta cidade.

Nem tudo o que num certo tempo reluzia era ouro, e que somos propensos a lamentar. Se tudo fosse ouro maciço, se aqueles seminários cheios fossem forjas de santos pastores e a formação tradicional neles transmitida, sólida e verdadeira, hoje não teríamos que lamentar tantos escândalos... Mas não é o caso de falar disso aqui e, certamente, não sou eu o mais qualificado a fazê-lo. O que me devo captar é a exortação que o profeta dirigiu naquele dia ao povo de Israel. Ele não os exortou a chorar sobre si mesmos, a resignarem-se e estarem preparados para o pior. Não; diz como Jesus: “Sê forte — oráculo do Senhor — e trabalhai! O meu espírito permanecerá em vosso meio”.

Mas atenção: não se trata de um vago e estéril “Sê forte”. O profeta antes disse qual é “o trabalho” a que devem pôr as mãos. E, como ele nos diz respeito de perto, escutemos também o precedente oráculo de Ageu ao povo e aos seus chefes:

Assim diz o Senhor dos exércitos: Este povo diz que ainda não chegou o tempo – o tempo de ser reconstruída a casa do Senhor. Aconteceu que a palavra do Senhor veio por meio do profeta Ageu nestes termos: “É para vós tempo de habitardes em casas revestidas, enquanto esta casa está em ruínas? Pois agora, assim diz o Senhor dos exércitos: refleti em vossos corações sobre os vossos caminhos! Semeastes muito e recolheis pouco. Comeis e não ficais saciados, bebeis e não ficais embriagados, vos vestis e não vos aqueceis, e aquele que recebe salário, recebe salário em bolsa

furada... Subi ao monte, trouxe madeira e construí a Casa. Nela eu me comprazerei e serei glorificado, diz o Senhor” (Ag 1,2-8).

A palavra de Deus, uma vez pronunciada, volta a ser activa e atual cada vez que é novamente proclamada. Não é uma simples citação bíblica. Somos nós agora “este povo” ao qual é dirigida a palavra de Deus. O que são para nós, hoje, “as casas revestidas” (algumas traduções dizem: “bem decoradas”) em que somos tentados a permanecer tranquilos? Vejo três casas concêntricas, uma dentro da outra, das quais devemos sair para subir ao monte e reconstruir a casa de Deus.

A primeira casa bem revestida, cuidada e decorada, é o meu “eu”: a minha comodidade, a minha glória, a minha posição na sociedade ou na Igreja. É o muro mais difícil de derrubar, o melhor dissimulado. É tão fácil minha honra se passar pela honra de Deus e da Igreja; o apego às minhas ideias, pelo apego à verdade pura e simples. Quem fala, neste momento, não pensa fazer excepções. Estamos dentro desta nossa casa assim como o bicho-da-seda em seu casulo: ao seu redor tudo é seda, mas se o bicho-da-seda não romper o casulo, permanecerá lagarta e jamais se tornará borboleta que voa.

Mas deixemos de lado este assunto, tendo tantas ocasiões para ouvir falar dele. A segunda casa bem revestida, da qual sair para ir trabalhar na “casa do Senhor”, é a minha paróquia, a minha ordem religiosa, movimento ou associação eclesial, a minha Igreja local, a minha diocese... Não vamos interpretar equivocadamente. Ai de nós se não tivéssemos amor e apego a estas realidades particulares, nas quais o Senhor nos colocou e das quais podemos até ser responsáveis. O mal está em absolutizá-las, não ver para além delas,

não nos interessarmos por outras, criticando e desprezando quem não compartilha com elas. Perder de vista, enfim, a catolicidade da Igreja. Esquecer, frequentemente diz o Santo Padre, que “o todo é mais do que a parte”. Somos um só corpo, o corpo de Cristo, e, no corpo, afirma Paulo, “se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele” (1Cor 12,26). O sínodo deveria servir também para isto: a tornarmo-nos conscientes e partícipes dos problemas e das alegrias de toda a Igreja Católica.

Mas vamos à terceira casa bem revestida. Sair dela ficou mais difícil pelo facto de que, durante séculos, foi-nos inculcado que sair dela seria pecado e traição. Li recentemente, por ocasião da Semana de oração pela unidade dos cristãos, o testemunho de uma mulher católica de um país de religiões diversificadas. Quando jovem, o pároco ensinava que só ao entrar fisicamente em uma igreja protestante se cometia pecado mortal. E suponho que o mesmo se dizia, do outro lado da cerca, ao entrar em uma Igreja católica.

Falo, naturalmente, da terceira casa bem revestida, que é a denominação cristã particular a que pertencemos, e o faço recordando, ainda recentemente, o extraordinário e profético evento do encontro ecuménico do Sudão do Sul, de fevereiro passado. Todos estamos convictos de que parte da fraqueza da nossa evangelização e ação no mundo se deve à divisão e à luta recíproca entre cristãos. Verifica-se o que Deus diz, sempre segundo Ageu:

Tendes em vista muito e eis que há pouco; e que trareis para casa, eu o espalharei com um sopro. E por que isto? – oráculo do Senhor dos exércitos – Por que a minha Casa está em ruínas, mas vós, vós correis cada um para a sua própria casa (Ag 1,9).

Jesus disse a Pedro: “Sobre esta pedra construirei a minha Igreja”. Não disse: “Construirei as minhas Igrejas”. Deve haver um sentido no qual aquilo que Jesus chama “a minha Igreja” abraça todos os crentes nele e todos os batizados. O apóstolo Paulo tem uma fórmula que poderia desempenhar esta tarefa de abraçar todos aqueles que creem em Cristo. No início da Primeira Carta aos Coríntios, ele estende a sua saudação a: “*Todos os que, em todo lugar, invocam o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso*” (1Cor 1,2).

Não podemos nos contentar, certamente, com esta unidade tão vasta, mas tão vaga. E isto justifica o empenho e o confronto, também doutrinal, entre as Igrejas. Mas nem mesmo podemos desprezar e não levar em conta esta unidade de base que consiste em invocar o mesmo Senhor Jesus Cristo. Quem crê no Filho de Deus, crê também no Pai e no Espírito Santo. É muito verdadeiro o que foi repetido em várias ocasiões: “o que nos une é mais importante do que aquilo que nos divide”.

Nos casos em que não podemos deixar de desaprovar o uso que é feito do nome de Jesus e o modo em que é anunciado o Evangelho, pode ajudar-nos a superar a rejeição aquilo que São Paulo dizia de alguns que, em seu tempo, anunciavam o Evangelho “por inveja e rivalidade”. “Que importa?” – escrevia aos Filipenses – “De qualquer maneira, com segundas intenções ou com sinceridade, Cristo está sendo anunciado, e com isso eu me alegro” (Fl 1,16-18). Sem esquecer que também os cristãos de outras denominações encontram em nós, católicos, coisas que não podem aprovar.

O oráculo de Ageu sobre o templo reconstruído conclui com uma promessa radiosa: *“Maior será a glória desta futura Casa do que da primeira, diz o Senhor dos exércitos. E neste lugar darei a paz, oráculo do Senhor dos exércitos”* (Ag 2,9). Não ousamos dizer que tal profecia se cumprirá também para nós e que a casa de Deus, que é a Igreja do futuro, será mais gloriosa que a do passado, que agora lamentamos; podemos, contudo, esperá-lo e pedi-lo a Deus em espírito de humildade e arrependimento.

Não faltam sinais encorajadores: um entre os mais evidentes é justamente a busca da unidade entre os cristãos. Na entrevista a um jornalista católico, na viagem de retorno do Sudão do Sul, o Arcebispo Welby dizia: “Vemos trabalhar juntas Igrejas que, no passado, eram inimigas declaradas, que se atacavam e queimavam os sacerdotes umas das outras, condenando-se reciprocamente nos mais violentos termos; quando isso acontece, quer dizer que há algo de espiritual que está acontecendo. Há uma libertação do Espírito de Deus que dá grande esperança”^[1].

A profecia de Ageu que comentei, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs, está relacionada com uma recordação pessoal, e peço desculpas, se ousar lembrá-la novamente nesta sede. Faço-o na certeza de que a palavra profética volta a desencadear a sua carga de confiança e de esperança cada vez que é proclamada e escutada com fé.

No dia em que o meu Superior Geral me permitiu deixar o ensino na Universidade Católica, para me dedicar em tempo integral à pregação, na Liturgia das Horas estava a profecia de Ageu que comentei. Após ter recitado o Ofício, vim aqui à Basílica de São Pedro.

Queria rezar ao Apóstolo para abençoar o meu novo ministério. A um dado momento, enquanto estava na praça, aquela palavra de Deus voltou-me à mente com força. Voltei-me para a janela do Papa no Palácio Apostólico e pus-me a proclamar em alta voz: “Coragem, João Paulo II; coragem, cardeais, bispos e todo povo da Igreja: e trabalhai, pois eu estou convosco, diz o Senhor”. Foi fácil fazê-lo, pois chovia e não havia ninguém ao redor.

Poucos meses depois, em 1980, fui nomeado Pregador da Casa Pontifícia e encontrei-me na presença do Papa para iniciar a minha primeira Quaresma. Aquela palavra voltou a ressoar dentro de mim, não como uma citação e uma lembrança, mas como palavra viva para aquele momento. Contei o que tinha feito naquele dia na Praça de São Pedro. Assim, voltei-me para o Papa que, à época, acompanhava a pregação numa capela lateral, e repeti com força as palavras de Ageu: “Coragem, João Paulo II; coragem, cardeais, bispos e povo de Deus: e trabalhai, pois eu estou convosco, diz o Senhor. O meu Espírito estará convosco”. E, dos olhares, pareceu-me entender que a palavra dava aquilo que prometia: isto é, coragem (ainda que João Paulo II fosse a última pessoa no mundo a quem se tivesse que recomendar para ter coragem!).

Hoje, ousou proclamar de novo aquela palavra, sabendo que não se trata de uma simples citação, mas de uma palavra sempre viva, que volta a operar todas as vezes aquilo que promete. Portanto, coragem, Papa Francisco! Coragem irmãos cardeais, bispos, sacerdotes e fiéis da Igreja Católica, e trabalhai, pois eu estou convosco, diz o Senhor. O meu Espírito estará convosco!”.

A todos faço votos de uma Santa Páscoa de paz e esperança

NOTAS

[1] Cf. “The Tablet”, 11 de fevereiro de 2023, p. 6.

Fonte: *vaticannews.va*